

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 7 | Nº 20 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.5084271>



CAPITALISMO, DIVISÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM DURKHEIM

Michel Goulart da Silva¹

Resumo

Discute-se neste ensaio o conceito de divisão do trabalho em Emile Durkheim e como esse se desdobra em uma concepção elitista de educação. Partindo de bibliografia acerca do tema, procura-se construir uma breve crítica ao conjunto de ideias de Durkheim a partir de elementos da teoria marxista.

Palavras chave: Divisão do Trabalho; Educação; Marxismo; Positivismo.

Abstract

This essay discusses the concept of division of labor in Emile Durkheim and how it unfolds into an elitist conception of education. Based on a bibliography on the subject, we seek to build a brief critique of Durkheim's set of ideas based on elements of Marxist theory.

Keywords: Division of Labor; Education; Marxism; Positivism.

Não é possível dissociar educação e divisão do trabalho, quando se trata da obra de Emile Durkheim. O sociológico francês, fazendo um elogio à divisão do trabalho, destaca que, com esse processo, surgem novas funções e necessidades de maior complexidade das formas de produção. O trabalho, ao se tornar mais produtivo, exige novas habilidades do trabalhador. É em função da atividade dos indivíduos na produção social que se dá o processo educativo – que Durkheim (1978, p. 41) também chama de “socialização metódica das novas gerações”. Durkheim entende que algumas pessoas devem receber uma educação constituída apenas de conhecimentos básicos, ou seja, o que todos devem saber. Segundo Durkheim (1995, p. 17), com a divisão do trabalho, “ninguém é obrigado a se lançar no grande turbilhão industrial; ninguém é obrigado a ser artista; mas todo o mundo, agora, é obrigado a não ser ignorante”.

Contudo, no entendimento de Durkheim, há indivíduos cuja educação não deve se limitar a alguns conhecimentos básicos; eles devem ter acesso ao que Durkheim chama genericamente de “ciência”. Da divisão do trabalho, que Durkheim encara como “fonte de civilização”, emerge – na esfera da produção e da educação – uma elite cujo processo de instrução é diferenciado; são formados quadros que deverão comandar as empresas capitalistas e a sociedade. Esses quadros não devem se limitar a

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua como docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). Email: michelgsilva@yahoo.com.br



conhecer “apenas o que é vergonhoso ignorar, mas tudo o que é possível saber” (DURKHEIM, 1995, p. 17). Como consequência, no âmbito da educação, os indivíduos, que serão sempre chamadas a preencher diferentes funções na sociedade, não devem ser submetidas a uma “cultura uniforme” pois não irão “levar todas a mesma vida” (DURKHEIM, 1995, p. 6).

Segundo Durkheim (1995, p. 5), na sociedade, são a “soma dos serviços prestados” e a “capacidade de prestarmos outros mais” o que dá valor ao indivíduo. Ou seja, o trabalho é medida de valorização moral e faz com que o indivíduo seja visto como alguém importante na sociedade. Com isso, diante da maior complexidade da divisão do trabalho, a educação adquire um caráter mais específico. Possibilitando o crescimento da força produtiva e da habilidade do trabalhador, a divisão do trabalho social se torna “condição necessária do desenvolvimento intelectual e material da sociedade” (DURKHEIM, 1995, p. 14).

Essa divisão do trabalho, além de aumentar o rendimento das funções, torna essas relações solidárias. O indivíduo adquire na sociedade uma função específica, colaborando com o conjunto da produção social e ajudando no desenvolvimento do ambiente social, assim estabelecendo relações com outros indivíduos ou grupos. Segundo Durkheim (1995, p. 31), “quanto mais os membros de uma sociedade são solidários, mais mantêm relações diversas seja uns com os outros, seja com o grupo tomado coletivamente, pois, se seus encontros fossem raros, só dependeriam uns dos outros de maneira intermitente”. Assim, a divisão do trabalho supera a esfera dos interesses mais imediatos, puramente econômicos, “pois consiste no estabelecimento de uma ordem social e moral *sui generis*” (DURKHEIM, 1995, p. 27). Portanto, a solidariedade social seria um “fenômeno totalmente moral” (DURKHEIM, 1995, p. 31).

Em Durkheim a divisão do trabalho não se circunscreve aos limites imediatos da esfera econômica; sua importância se dá apenas pela produção e distribuição de produtos. Desse processo emerge na sociedade uma *consciência coletiva* ou *comum*, um “conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade” (DURKHEIM, 1995, p. 50). A cooperação na esfera do trabalho produz uma reciprocidade entre os membros da sociedade, onde os indivíduos se reconhecem e ajudam-se mutuamente. Essa ajuda não se dá pela mera compreensão de que é importante produzir mercadorias para enriquecer a sociedade. Parte-se da compreensão moral de que todos precisam ajudar a sociedade, para que haja harmonia e o conjunto social progrida e cresça.

Ora, essa reciprocidade só é possível onde há cooperação e esta, por sua vez, não existe sem a divisão do trabalho. Cooperar, de fato, é dividir uma tarefa comum. Se esta última é dividida em tarefas qualitativamente similares, conquanto indispensáveis umas às outras, há divisão do



trabalho simples ou de primeiro grau. Caso sejam de natureza diferente, há divisão do trabalho composta, especialização propriamente dita (DURKHEIM, 1995, p. 100).

Essa cooperação não se dá pela vontade espontânea do indivíduo, mas pela força social externa, tanto que “os deveres do indivíduo para consigo mesmo são, na realidade, deveres para com a sociedade” (DURKHEIM, 1995, p. 421). O grupo social não é um mero espaço de reciprocidade entre os indivíduos, mas “a única força capaz de servir de moderadora para o egoísmo individual” (DURKHEIM, 1995, p. 428). Por isso, falar da divisão do trabalho remete à coação econômica, social e moral do indivíduo, que faz parte de um todo orgânico que, ao exigir a cooperação com o conjunto da sociedade, o torna importante para o grupo social. Enquanto parte de um organismo, o indivíduo é obrigado a cumprir o papel a ele destinado, para garantir o funcionamento da sociedade e, assim, ser reconhecido como uma peça importante.

Essa organicidade coloca o indivíduo diante de obrigações perante a sociedade, colocando para ele a necessidade de se especializar em uma tarefa e a tomar uma posição específica na produção social. Essa situação apresenta a necessidade de se desenvolver diferentes formas de educação, cuja função é permitir uma formação específica a cada indivíduo, sem tolher sua individualidade, mas a potencializando, com o objetivo de “engrandecê-lo e torná-lo criatura verdadeiramente humana” (DURKHEIM, 1978, p. 47). Nesse sentido, as profissões são

meio *sui generis*, que reclama aptidões particulares e conhecimentos especiais, em que reinam certas ideias, certos usos, certas maneiras de ver as coisas; e, como a criança deve ser preparada, em vista da função a que será chamada, a educação, a partir de certa idade, não pode permanecer mais a mesma para todos (DURKHEIM, 1978, p. 77).

Essa educação é possível graças à conservação – pela manutenção da tradição oral, dos livros, entre outros meios – dos conhecimentos adquiridos pela sociedade ao longo de sua existência, materializados em tradições transmitidas de geração em geração, nas ciências, nas ideias. Segundo Durkheim, há uma sede do saber, que não existiu sempre. Essa sede passou a existir apenas no momento em que a sociedade sentiu necessidade disso, “quando a vida social, sob todas as formas, se tornou demasiado complexa para poder funcionar de outro modo que não fosse pelo pensamento refletido, isto é, pelo pensamento esclarecido pela ciência” (DURKHEIM, 1978, p. 44). Assim,

educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu



conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina (DURKHEIM, 1978, p. 41).

Em Durkheim, a educação ganha um caráter específico, na medida que “os progressos da personalidade individual e os progressos da divisão do trabalho dependem de uma só e mesma causa” (DURKHEIM, 1995, p. 427). Nesse processo, segundo Durkheim, “a vida intelectual das sociedades atinge certo grau de desenvolvimento”, no qual “há e deve haver, necessariamente, homens que se consagram de modo exclusivo ao pensamento” (1978, p. 78). Não terão esses homens uma educação comum a todos os indivíduos, mas deverão se formar no que Durkheim chama de “ciência”. Essa ciência, “não sendo acessível senão a uma elite, não é obrigatória; é uma coisa útil e bela, mas não é necessária a ponto de a sociedade reclamá-la imperativamente” (DURKHEIM, 1995, p. 18).

Para Durkheim, todos os povos possuem “certo número de ideias, de sentimentos e de práticas que a educação deve inculcar as crianças, indistintamente, qualquer que seja a categoria a que pertençam” (DURKHEIM, 1978, p. 78). Essa educação básica, oferecida a todas as crianças, será a base a partir da qual um pequeno número de pessoas (as “elites” mencionadas acima) irá se formar nas “ciências”, tomando contato com os conhecimentos acumulado das diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma, segundo o sociólogo, a sociedade realiza a educação em sua definição mais precisa, entendida como “o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua própria existência” (DURKHEIM, 1978, p. 78).

Durkheim apresenta uma compreensão teórica inserida no positivismo, para o qual “as ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias” (LOWY, 1994, p. 17). Por um lado, o positivismo encara o indivíduo como uma peça na engrenagem social, com pouca possibilidade de escolha. Por outro, ao pensar a educação, o positivismo a diferencia para os diferentes indivíduos, apontando que para alguns basta uma mera instrução mecânica que permita a realização de trabalhos manuais e, para outros, uma compreensão densa e profunda do conhecimento produzido pela humanidade nas mais variadas áreas.

O marxismo se coloca como a principal corrente crítica a essa concepção, apresentando uma compreensão materialista história da divisão do trabalho. Pode-se apontar que

um traço marcante de diferentes sociedades humanas, principalmente aquelas estudadas por Friedrich Engels e Karl Marx, foi uma *divisão do trabalho*, que se deu em muitas sociedades pré-escravistas em função de características fisiológicas, como gênero, idade, força física etc. Mas, à medida que as relações de trabalho se diversificaram e a técnica e a tecnologia se tornaram mais complexas, essas primeiras formas de divisão foram substituídas pela divisão entre os chamados “trabalho material” e “trabalho intelectual”. Passava a haver, quanto à função imediata do



indivíduo no meio social, um trabalho realizado pela mente e outro pelas mãos (SILVA, 2010, p. 56-7).

Nesse sentido, uma primeira crítica oriunda da perspectiva marxista aponta para o elogio exacerbado de Durkheim à divisão do trabalho. Para o sociólogo, a divisão do trabalho proporciona, além do desenvolvimento de novas técnicas e das habilidades do trabalhador, a possibilidade de aumento da produção, de forma diferenciada e mais rápido. Contudo, Durkheim não considera que a divisão do trabalho pode levar a pontos extremos o processo de estranhamento do trabalhador com relação ao produto do seu trabalho, ou seja, ignora que o trabalhador se encontra dividido e alienado de sua própria produção:

ao dividir-se o trabalho, divide-se o homem; divide-se o indivíduo em si mesmo, enquanto cada um é contextualmente o lugar de realidade e de possibilidade que se contradizem, e se divide os indivíduos entre si na sociedade, enquanto as capacidades humanas pertencem, divididas e, portanto, deformadas, separadamente a uns ou a outros indivíduos, mas não a uns e a outros ao mesmo tempo (MANACORDA, 1991, p. 63).

Um segundo aspecto passa pelo fato de que Durkheim desconsidera as contradições existentes na sociedade de classe. Com isso, o sociólogo naturaliza o fato de que algumas pessoas recebem apenas uma educação “básica” e outras de “elite”, o que ocorre pela sua condição de classe. Por isso, não permite à maioria tomar contato com a “ciência”, tendo de se limitar, quando possível, a fazer melhorar suas habilidades para o trabalho. Em paralelo, uma minoria se forma para se tornar uma “elite” pensante, a governar a sociedade. Para Durkheim, é naturalizada a ideia de que existe quem manda e de quem obedece, sendo tal fenômeno visto como um produto orgânico da divisão do trabalho. Portanto, essa divisão, para o sociólogo, se torna um fato natural ao meio social, sendo, portanto, normal que haja uma divisão tanto da sociedade quanto do próprio homem. O marxismo apresenta um contraponto a essa naturalização da desigualdade, ao afirmar:

A divisão do trabalho condiciona a divisão da sociedade em classes e, com ela, a divisão do homem; e como esta se torna verdadeiramente tal apenas quando se apresenta como divisão do trabalho manual e trabalho mental, assim as duas dimensões do homem dividido, cada uma das quais unilateral, são essencialmente as do trabalhador manual, operário e do intelectual (MANACORDA, 1991, p. 67).

Um terceiro e importante aspecto de crítica, ligado também ao fato de Durkheim menosprezar as contradições de classes, tem a ver com a defesa do que chama de “solidariedade”. Contudo, com a divisão do trabalho, não há uma forma sequer de solidariedade, pois trata-se, no que se refere ao capitalismo, de um sistema baseado no mercado, onde o capitalista compra a força de trabalho apenas



pela necessidade que tem dessa mercadoria, garantindo assim a produção de mercadorias e o lucro. O trabalhador vende sua força de trabalho pelo fato de que precisa de um salário que permita a ele produzir sua vida. Ou seja, não há qualquer questão moral ou de solidariedade colocada, como sugere Durkheim, mas unicamente uma relação de troca de mercadorias, onde o capitalista está apenas garantindo sua permanência como capitalista e o proletário nada mais faz que garantir uma forma de sobreviver com seu trabalho.

Essa relação, portanto, se dá na esfera da economia, cabendo apenas ao trabalhador oferecer uma mercadoria como qualquer outra para a produção da sociedade. Ele não tem uma função na sociedade, como pretende Durkheim, mas ocupa um lugar no processo de produção. Sua suposta função é momentânea, relacionada à venda da força de trabalho, e a solidariedade do capitalista para com o trabalhador que contrata se materializa pelo pagamento do salário referente às horas trabalhadas. O trabalhador não é dono do produto do seu trabalho.

Embora Durkheim pinte uma realidade onde todos se ajudam mutuamente, onde todos são uma peça numa engrenagem na qual tudo parece se encaixar, onde todos criam uma solidariedade que faria a sociedade avançar, fica evidente que falta à sua análise apresentar as contradições que permeiam a sociedade. Colocada em contato com a realidade concreta, sua teoria se demonstra incompleta, longe que está de uma compreensão das contradições e da dialética da sociedade.

REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1995.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1978.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1994.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1991.

SILVA, Michel Goulart (org.). **Marxismo e natureza**: ecologia, história e política. Pará de Minas: Virtualbooks, 2010.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 7 | Nº 20 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima